UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

COMISSÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDOS DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA DE REFUGIADOS

NÚCLEO DE CONCURSOS/PROGRAD

Editais n° 57 e 59/2019 – NC - Prova objetiva - 04/08/2019

INSCRIÇÃO	TURMA	NOME DO CANDIDATO

ASSINO DECLARANDO QUE LI E COMPREENDI AS INSTRUÇÕES ABAIXO:	ORDEM

910 – Direito - Bacharelado

INSTRUÇÕES

1. Confira, acima, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira a numeração de todas as páginas.
4. A prova desta fase é composta de 30 questões objetivas.
5. Nesta prova, as questões são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **a**, **b**, **c**, **d**, **e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
6. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
7. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
8. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
9. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta, é de 4 (quatro) horas.
10. Não será permitido ao candidato:
    a) Manter em seu poder relógios e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou objeto identificável pelo detector de metais. Tais aparelhos deverão ser DESLIGADOS e colocados OBRIGATORIAMENTE dentro do saco plástico, que deverá ser acomodado embaixo da carteira ou no chão. É vedado também o porte de armas.
    b) Usar boné, gorro, chapéu ou quaisquer outros acessórios que cubram as orelhas, ressalvado o disposto nos itens 5.6.3 do Edital 57/2019.
    c) Usar fone ou qualquer outro dispositivo no ouvido. O uso de tais dispositivos somente será permitido quando indicado para o atendimento especial.
    d) Levar líquidos, exceto se a garrafa for transparente e sem rótulo.
    e) Comunicar-se com outro candidato, usar calculadora e dispositivos similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
    f) Portar carteira de documentos/dinheiro ou similares.
    g) Usar óculos escuros, ressalvados os de grau, quando expressamente por recomendação médica, devendo o candidato, então, respeitar o subitem 5.6.5 do Edital 57/2019.
    h) Emprestar ou tomar emprestados materiais para realização das provas.
    i) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.17 ou ainda não permanecer na sala conforme estabelecido no item 7.18 do Edital 57/2019.
    j) Fazer anotação de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos item 7.19 a.

    Caso alguma dessas exigências seja descumprida, o candidato será excluído do processo seletivo.
11. **Será ainda excluído do Concurso Público o candidato que:**
    a) Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas.
    b) Ausentar-se da sala de provas portando o Cartão-Resposta e/ou o Caderno de Questões, conforme o item 7.19 do Edital 57/2019.
    c) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos e/ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes.
    d) Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões de prova e no Cartão-Resposta.
    e) Não permitir a coleta de sua assinatura.
    f) Não se submeter ao sistema de identificação por digital e detecção de metal.
12. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o Caderno de Questões de prova e o Cartão-Resposta.
13. Se desejar, anote as respostas no quadro disponível no verso desta folha, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

✂ . . . . . .

RESPOSTAS					
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -

01 - Cada domínio do Direito tem um conjunto de normas que tem como objetivo garantir a segurança jurídica, e muitas dessas normas têm base constitucional. Dessa forma, as normas voltadas a garantir a segurança jurídica no domínio do direito penal são:

a) institutos como a prescrição e a decadência.
b) as garantias dadas aos membros de cada Poder, para que desempenhem suas funções com independência.
c) princípios como os da publicidade, da razoabilidade e do dever de motivar as decisões.
d) regras específicas para instauração de processo penal.
►e) princípios da reserva legal, da anterioridade da lei e da presunção de inocência.

02 - O princípio norteador do direito civil brasileiro que dá origem a negócios jurídicos é o da:

a) legitimidade da herança e do direito de testar, por aceitar, entre os poderes que as pessoas têm sobre seus bens, o poder de transmiti-los a seus herdeiros.
b) solidariedade social, que tem o objetivo de conciliar as exigências da coletividade com os interesses particulares.
►c) liberdade de estipulação, pois permite outorgar direitos e aceitar deveres, nos limites legais.
d) intangibilidade familiar, por reconhecer que a família é uma expressão imediata de seu ser pessoal.
e) propriedade individual, pois considera que o homem pode exteriorizar sua personalidade em bens móveis ou imóveis, que passam a ser seu patrimônio.

03 - O princípio da não-retroatividade das leis, que pode aceitar exceções mas tem aceitação universal, consiste no entendimento de que uma nova lei não atinge fatos anteriores ao início de sua vigência, bem como não atinge as consequências desses fatos. Na Constituição brasileira vigente esse princípio está exemplificado em:

a) é garantido o direito de herança.
►b) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
c) a propriedade atenderá a sua função social.
d) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
e) é garantido o direito de propriedade.

04 - Existem três conceitos de direitos que podem ser ordenados em uma sequência cronológica: primeiro tem-se a expectativa do direito, depois o direito adquirido e, por fim, o direito consumado. No direito consumado

a) o fato aquisitivo teve início, mas não se completou.
b) o fato aquisitivo já se completou, mas o efeito previsto na norma não se produziu integralmente.
c) o fato aquisitivo não existiu.
d) o fato aquisitivo não teve início.
►e) o fato aquisitivo já se completou e o efeito previsto na norma já se produziu integralmente.

05 - O direito é um sistema de normas harmônicas, em que uma única situação não pode ser regida por duas disposições legais contrárias entre si. Para solucionar esses possíveis conflitos de leis são utilizados três critérios tradicionais: da hierarquia, o temporal e o da especialização. Com relação ao assunto, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas.

( ) O critério da hierarquia estabelece que a lei superior prevalece sobre a inferior.
( ) O critério temporal estabelece que a lei posterior prevalece sobre a anterior.
( ) O critério da materialidade estabelece que a lei material prevalece sobre a processual.
( ) O critério da especialização estabelece que a lei específica prevalece sobre a lei geral.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

a) V – F – F – F.
b) F – V – F – V.
►c) V – V – F – V.
d) F – F – V – V.
e) V – V – V – F.

06 - Os princípios norteadores do Código Civil vigente no Brasil desde de 2002 estão pautados pela cidadania, dignidade humana, valores sociais do trabalho e pela livre iniciativa. Dessa forma, é correto afirmar que esse código:

►a) reflete a prevalência do interesse coletivo sobre o individual, dando ênfase à função social da propriedade e do contrato.
b) se volta a resolver questões dependentes de pronunciamentos jurisprudenciais e doutrinários.
c) busca abranger todas as questões que antes contavam com legislação especial.
d) tem como principal objetivo corrigir os exageros provocados pelas pesquisas científicas e pelo desequilíbrio no meio ambiente.
e) vai além das matérias do direito civil, abrangendo objetos de outros ramos jurídicos.

07 - São características da Constituição Brasileira de 1988:

a) formal, sintética, histórica, outorgada e flexível.
►b) formal, analítica, dogmática, promulgada e rígida.
c) material, analítica, dogmática, promulgada e flexível.
d) material, analítica, histórica, outorgada e flexível.
e) formal, sintética, histórica, outorgada e rígida.

08 - Sobre as características das normas positivas, é correto afirmar:

a) é um modelo funcional individualizado.
b) fixa tipos e se refere a casos definidos.
c) contém preceito e sanção.
d) é concreta e fixa modelos.
►e) contém generalidade e procede por abstração.

09 - Tomando por base os juristas, como Tércio Sampaio Ferraz Jr, que são contrários às correntes doutrinárias que entendem que o sistema jurídico é fechado, é correto afirmar:

a) todo comportamento está determinado pelo direito.
b) o direito é estático, imutável, suas leis são perpétuas e contemplam toda a realidade.
c) o ordenamento jurídico possui plenitude hermética inabalável.
►d) o direito é uma realidade dinâmica, abrange experiências históricas, sociológicas, axiológicas.
e) o direito garante que toda ação possível tenha status deôntico, fazendo com que não existam lacunas.

10 - O direito civil é o ramo do direito privado que rege relações entre indivíduos, dessa forma, é o direito comum a todas as pessoas, pois norteia seu modo de ser e agir sem diferenciá-las por suas condições sociais ou culturais. São princípios do direito civil: da personalidade, da autonomia da vontade, da liberdade de estipulação negocial, entre outros. Em relação ao princípio da personalidade, considere as seguintes afirmativas:

1. Esse princípio considera todo ser humano como sujeito de direitos e obrigações, pelo simples fato de ser humano.
2. Esse princípio considera sujeito de direitos e obrigações aqueles que comprovem ter capacidade jurídica.
3. Esse princípio considera todo ser vivo como sujeito de direitos e obrigações, pelo simples fato de estar vivo.
4. Esse princípio considera como sujeito de direitos e obrigações somente aqueles que possuem nacionalidade.

Assinale a alternativa correta.

►a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

11 - O costume é uma fonte supletiva do direito e, de acordo com a atual Lei de Introdução, está imediatamente abaixo da lei. Sendo assim, são características e condições para a vigência do costume:

a) continuidade, moralidade e facultatividade.
b) descontinuidade, amoralidade e obrigatoriedade.
c) descontinuidade, moralidade e obrigatoriedade.
►d) continuidade, moralidade e obrigatoriedade.
e) continuidade, amoralidade e facultatividade.

12 - Normas jurídicas têm vida própria e seus momentos são determinados pelo início, continuidade e cessação de sua vigência. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) As normas começam a vigorar com sua promulgação, antes mesmo de serem publicadas.
►b) O início da vigência é determinado pelo legislador, podendo haver a *vacatio legis*.
c) O tempo de vigência é o mesmo para todas as normas, sem exceções.
d) Não existe a possibilidade de intervalo de tempo entre a publicação e a entrada em vigor de uma norma.
e) A publicação de uma norma no Diário Oficial é dispensável.

13 - Revogar, no âmbito jurídico, é tornar sem efeito uma norma, retirando sua obrigatoriedade. Sobre o tema, é correto afirmar que a revogação de uma norma:

a) deve ser declarada pelo Poder Judiciário.
b) pode ser expressa, quando o elaborador declarar a lei velha extinta em sua totalidade.
c) pode ser tácita, quando há compatibilidade entre uma lei nova e uma antiga.
d) tacitamente é a melhor maneira de evitar que haja antinomias.
►e) pode ser por derrogação, quando torna sem efeito apenas uma parte da norma.

14 - O sistema jurídico não é completo, mas é completável uma vez que o próprio direito supre seus espaços vazios, seja com a aplicação de normas, seja com a criação delas. As lacunas jurídicas existentes só podem ser constatadas e preenchidas a partir dos meios de analogia, costume e princípios gerais do direito. Sobre a analogia, assinale a alternativa correta.

a) A analogia fixa limites para as decisões do órgão judicante e justifica a função do Poder Executivo.
b) A analogia deriva da longa prática uniforme, constante e pública.
►c) A analogia consiste em aplicar a um caso não previsto por uma norma jurídica uma norma prevista para uma hipótese distinta mas semelhante ao caso contemplado.
d) A analogia se forma em sentido contrário ao da lei, implicitamente revogatória.
e) A analogia permite produzir prova, sem aguardar a exigência do juiz ou constatação da outra parte.

15 - Os princípios da presunção de inocência, do devido processo legal e da liberdade provisória são garantias que IMPEDEM:

a) a prisão cautelar por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
►b) a prisão do acusado primário e de bons antecedentes, julgado em instância única, antes do trânsito julgado da decisão.
c) a prévia notificação do acusado para apresentação de defesa, anteriormente ao recebimento da denúncia.
d) o direito ao contraditório e ao juiz natural.
e) o direito genérico de recorrer em liberdade.

16 - O conceito do direito civil passou por uma evolução histórica, sobre a qual Maria Helena Diniz exemplifica utilizando o direito romano, o direito medieval, o direito moderno enquanto *civil law.* Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) O direito medieval não sofreu qualquer interferência do direito romano.
b) O direito romano regia a vida dos escravos e servos do antigo Império Romano.
c) O direito civil é um importante ramo do direito público nos Estados modernos da atualidade.
►d) Com os glosadores, o direito civil resgatou o direito romano do *Corpus Juris Civilis*.
e) No direito romano, o direito civil correspondia apenas a uma pequena parte do direito vigente.

17 - A relação jurídica é o vínculo entre pessoas, a partir do qual uma pode pretender um bem a que outra é obrigada. São elementos da relação jurídica: sujeito ativo e passivo, objeto imediato e mediato, fato propulsor e proteção jurídica. Sobre os elementos da relação jurídica apresentados, assinale a alternativa correta.

►a) Fato propulsor é um acontecimento ao qual a norma jurídica dá a função de criar, modificar ou extinguir direitos.
b) Sujeito ativo é o titular do direito subjetivo, e tem o dever jurídico de satisfazer os interesses da outra parte da relação, estabelecendo sujeição ao sujeito passivo.
c) Sujeito passivo é o titular do direito de ter ou de fazer o que a norma jurídica não proíbe.
d) Proteção jurídica é a autorização para que o objeto imediato ingresse em juízo em caso do sujeito ativo não cumprir suas obrigações.
e) Objeto mediato é sujeito de um dever jurídico e deve respeitar o direito do sujeito passivo.

18 - O Código Civil contém duas partes, a parte geral, que se baseia nos elementos do direito subjetivo, e a parte especial. A parte geral do Código Civil desenvolve a teoria das nulidades e os princípios reguladores da prescrição e decadência, além de apresentar normas relativas:

a) à posse, à propriedade, aos direitos reais sobre coisas alheias, de gozo, de garantia e de aquisição.
b) ao casamento, à união estável, às relações de parentesco e à proteção de menores e incapazes.
►c) às pessoas, aos bens, aos fatos jurídicos, aos atos jurídicos e aos negócios jurídicos.
d) à transferência de bens por força de herança, ao inventário e à partilha.
e) ao empresário, à sociedade, ao estabelecimento e aos institutos complementares.

19 - A divisão do direito civil em uma parte geral e uma parte específica se dá a partir do método científico-racional, ou sistema germânico. A parte geral torna possível a aplicação da parte especial, dessa forma, a função da parte geral é a de:

a) fixar conceitos, categorias e princípios para as relações ligadas ao direito de família.
b) conter normas relativas ao sujeito, ao objeto e à forma de criar modificar e extinguir direitos de sucessão.
c) dar certeza e estabilidade aos seus preceitos por regular as ações reais.
►d) regular pressupostos de validade, existência, modificação e extinção da relação jurídica.
e) determinar o direito das coisas, de empresa e das obrigações.

20 - Quando ocorrer uma antinomia jurídica real, será necessária a correção do direito, pois sua solução é indispensável para manter a coerência do sistema jurídico. Antinomia jurídica é:

a) O estabelecimento da preferência de uma norma geral em detrimento de norma específica quando houver conflito entre ambas.
b) O princípio da estrutura positiva da instituição a que um determinado caso se refere.
c) Uma norma de valor genérico que orienta a compreensão do sistema jurídico em sua aplicação e integração.
d) A investigação sobre o sistema jurídico, recaindo sobre subsistemas normativos, fáticos e valorativos.
►e) A existência de duas normas contraditórias em sua aplicação prática em um caso particular e num mesmo âmbito normativo.

21 - De acordo com a Teoria Geral do Direito Civil, os fatos jurídicos em sentido amplo:

a) sempre fazem nascer ou perecer um direito.
b) são acontecimentos previstos ou não em normas de direito.
►c) podem ser negócio jurídico, atos jurídicos lícitos, atos ilícitos e prescrição e decadência.
d) podem ser humanos, mas não naturais.
e) são capazes de criar e modificar relações jurídicas, mas nunca extingui-las.

22 - A Lei de Introdução ao Código Civil contém normas sobre normas, assinalando-lhes a maneira de aplicação e entendimento, predeterminando as fontes de direito positivo, indicando-lhes as dimensões de espaço e tempo. A função da parte geral é a de:

►a) regular a vigência e a eficácia da norma, apresentando soluções aos conflitos de normas no tempo e espaço.
b) atuar como meio de desvendar o sentido e o alcance da norma jurídica convencional.
c) fornecer critérios de hermenêutica constitucional.
d) estabelecer mecanismos de integração de normas penais.
e) garantir a eficácia global, a certeza, a segurança e a estabilidade do direito contratual positivo.

23 - O princípio da presunção de inocência está incorporado ao patrimônio jurídico da humanidade e presente na Constituição Federal brasileira. Considerando o tema, assinale a alternativa que apresenta o inciso que corresponde ao princípio de presunção de inocência.

a) "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".
►b) "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".
c) "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante".
d) "a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu".
e) "não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião".

24 - Faz parte do devido processo legal o direito ao duplo grau de jurisdição. Tal garantia tem lastro constitucional, porém, mesmo que não o tivesse, seria incorporada ao direito brasileiro por força da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que em seu artigo oitavo prevê Garantias Judiciais. Sobre o direito ao duplo grau de jurisdição, é correto afirmar:

a) Significa que o réu tem direito a recorrer em liberdade se tiver bons antecedentes.
b) Consiste em permitir que o decreto condenatório produza efeitos antes de seu trânsito em julgado.
c) É a garantia de que a falta de defesa prévia do réu configure violação de direitos subjetivos.
►d) Consiste no direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.
e) É o fato de que toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência.

25 - Quando configurada ofensa às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, configura-se a hipótese de nulidade processual. Caracteriza-se como nulidade processual:

►a) a inobservância do direito à defesa prévia.
b) o julgamento em segunda instância.
c) o direito de apelar em liberdade.
d) a interposição de recurso extraordinário ou recurso especial.
e) a decretação da prisão preventiva, quando se baseia em dado concreto.

26 - O conceito de segurança jurídica designa um amplo conjunto de ideias e conteúdos. Faz parte do conceito de segurança jurídica:

1. **A existência de instituições estatais que são dotadas de poder e garantias, e também são sujeitas ao princípio da legalidade.**
2. **A confiança nos atos do Poder Público, que deverão se reger pela boa fé e razoabilidade.**
3. **A estabilidade das relações jurídicas, ou seja, a durabilidade das normas, a anterioridade das leis em relação aos fatos que são julgados com base nelas, a conservação de direitos em relação a uma nova lei.**
4. **A previsibilidade dos comportamentos, ou seja, a sociedade sabe quais comportamentos devem ser seguidos.**
5. **A igualdade na lei e perante a lei, isto é, são adotadas as mesmas soluções para situações iguais ou parecidas.**

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 1 e 5 são verdadeiras.
b) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas 3, 4 e 5 são verdadeiras.
►e) Somente as afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

27 - Ante casos omissos, o magistrado tem a possibilidade de utilizar a equidade, uma vez que a Lei de Introdução ao Código Civil estabelece a obrigatoriedade de julgar, por parte do juiz, em caso de omissão ou defeito legal e a permissão de adequar a lei às novas exigências. Em relação ao conceito de equidade, assinale a afirmativa correta.

a) É prevista equidade mesmo que haja, sobre a matéria, texto claro e inflexível que abarque o caso concreto em questão.
b) A norma de equidade se constrói, levando em consideração uma elaboração moral.
c) A equidade dá ao juiz poder discricionário absoluto.
►d) É uma autorização de apreciar, segundo a lógica do razoável, interesses e fatos não determinados *a priori* pelo legislador.
e) Ao preencher lacunas, o órgão judicante cria direito novo, podendo estabelecer uma solução ao caso concreto por vezes conflitante ao espírito do ordenamento jurídico.

28 - Em razão da soberania estatal, uma norma se aplica no espaço delimitado pelas fronteiras do Estado. Porém, tal princípio da territorialidade não é aplicado de maneira absoluta, devido ao fato de que a comunidade humana se alarga no espaço e se relaciona para além de fronteiras. Sem comprometer a soberania nacional e a ordem internacional, os Estados modernos admitem o sistema de extraterritorialidade. Considerando o assunto apresentado, assinale a alternativa correta.

a) A extraterritorialidade não permite aplicar em território de outro Estado princípios ou convenções internacionais.
b) Uma ordem jurídica aplica-se exclusivamente em território do Estado, inclusive embaixadas, consulados e navios de guerra.
►c) O princípio da extraterritorialidade possibilita conciliar duas ou mais ordens jurídicas.
d) A partir da extraterritorialidade, o Brasil admite atos, sentenças e leis de países estrangeiros em seu território, mesmo que ofendam a ordem pública.
e) O sistema de extraterritorialidade não pode ser limitado pela soberania nacional.

29 - Tanto leis claras quanto leis ambíguas comportam interpretação, a qual deve ser norteada por critérios e princípios estabelecidos pela hermenêutica, que é a teoria científica da arte de interpretar. Sobre o conceito de interpretação jurídica, assinale a alternativa correta.

a) O ato interpretativo não confere aplicabilidade à norma.
►b) É o meio de desvendar o sentido e o alcance da norma jurídica.
c) Regula a vigência e a eficácia da norma jurídica.
d) É uma forma de predeterminar as fontes do direito positivo.
e) Garante a uniformidade, estabilidade e atemporalidade da norma jurídica.

30 - Por vezes, o magistrado supre a deficiência da ordem jurídica adotando princípios básicos do direito, que são cânones contidos de forma imanente no ordenamento jurídico. É correto afirmar que esses princípios:

►a) devem corresponder ao subconjunto valorativo e fático que norteia o sistema jurídico.
b) têm pouca relação com as normas jurídicas, uma vez atuam separadamente.
c) vinculam-se aos valores prevalecentes à época da realização dos fatos.
d) devem estar contidos, expressamente, em normas.
e) consistem na aplicação de uma norma existente destinada a reger caso semelhante ao previsto.